

O IMPERIALISMO PORTUGUÊS: A África na segunda metade do século XIX

Anderson Guimarães Mendonça

Mestrando em História pela UFRPE

andersongm94@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar um breve estudo do comportamento imperialista português no século XIX, tendo em vista as críticas internacionais sofridas por Portugal desde a proibição do tráfico de escravos. O colonialismo português se iniciou na segunda metade do século XIX com práticas de trabalho forçado e processo civilizador. Isso se intensificou com a partilha da África no final do século, criando o modelo estrutural para que Portugal mantivesse, agora sob novo emblema, de império colonial. A consolidação desse império se deu com o fascismo e Salazar, mas as resignificação após o fim do trafico de escravizados iniciaram-se no século anterior, principalmente a perda da principal colônia portuguesa: O Brasil.

Palavras-chave: Imperialismo; África; Portugal; Século XIX.

Abstract

This article aims to present a brief study of Portuguese imperialist behavior in the 19th century, in view of the international criticism suffered by Portugal since the ban on the slave trade. Portuguese colonialism began in the second half of the nineteenth century with practices of forced labor and civilizing process. This intensified with the partition of Africa at the end of the century, creating the structural model for Portugal to maintain, under a new emblem, colonial empire. The consolidation of this empire occurred with Fascism and Salazar, but the

resignification after the end of the slave trade began in the previous century, mainly the loss of the main Portuguese colony: Brazil.

Keywords: Imperialism; Africa; Portugal; XIX century.

Introdução

A História de Portugal e seu império ultramarino foi marcada pela colonização de povos desde o século XV, iniciando esse processo de conquista justamente na África com o respaldo dado pela Igreja Católica sobre os povos sarracenos. Uma característica da colonização portuguesa sobre todos os territórios sob presença portuguesa foi o modelo econômico que exercia uma exploração baseada no monopólio comercial, o chamado “Pacto Colonial”. Contudo, o aparecimento do capitalismo industrial, e subsequentemente a revolução industrial, rapidamente ofuscou o domínio do capitalismo comercial português mantido por Portugal até o inicio do século XIX. Para que este sistema industrial funcionasse era indispensável um comércio completamente livre da presença ou interferência do Estado e, por isso, a destruição dos monopólios comerciais se tornou uma condição essencial para o seu desenvolvimento.

No século XIX, o regente de Portugal, D. João, saiu da metrópole e foi para o Brasil, junto com sua corte, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte. Como primeira medida tomada, o regente decretou a abertura dos portos brasileiros a todos os países, em especial as nações “amigas”, e depois determinou a criação do Banco do Brasil para guardar, em especial, as riquezas da coroa. De simples intermediário, porque não era nem consumidor apreciável dos produtos coloniais, Portugal se transformou, na prática, numa “colônia inglesa”. Após a independência do Brasil (1822), Portugal teve duas alternativas econômicas: ou desenvolvia a agricultura na metrópole, ou continuava a sobreviver à custa do “Pacto colonial”, substituindo o Brasil pelas as colônias africanas, pois o país se encontrava em uma quase ausência de

atividades industriais e uma agricultura arruinada, tolhida por direitos e privilégios do tipo “semi-feudal”.

Como se sabe, foi a segunda alternativa que acabou se impondo em Portugal por duas razões: as contradições doutrinarias da burguesia liberal portuguesa e o intervencionismo inglês na política. Por ter sido o grande aliado de Portugal desde o século XVI, a Inglaterra ajudou e beneficiou uma burguesia portuguesa que foi a quase a única a expropriar das terras das ordens religiosas e que muito rapidamente acabou por monopolizar os meios de produção e o poder político.

Em 1830 entrou em vigor o tratado que havia sido assinado em 1826 entre o Brasil e a Grã-Bretanha e que ilegalizou a importação de escravos no Brasil. As autoridades portuguesas, todavia, não cooperaram na aplicação deste tratado. Nesta mesma época, o tráfico de escravos de Moçambique era ainda responsável por metade do valor total das exportações da colônia.

Em Dezembro de 1836, Sá da Bandeira aboliu unilateralmente o tráfico de escravos em todas as possessões portuguesas, excluindo, todavia, o tráfico no interior do império. O governo britânico insistiu no direito de controlar os navios portugueses, mas Sá da Bandeira pretendia negociar esse direito em troca de uma cláusula que reconhecesse os interesses na África. No entanto, ele não conseguiu. O tráfico não se extinguiu imediatamente. Entre 1834 e 1844, cerca de dois terços da receita anual angolana provinham das taxas do tráfico de escravos tradicional, impostas nos portos. Contudo, foi o tratado Luso-Britânico de 1842 que conferiu real eficácia ao decreto de 1836, estabelecendo que daí em diante o tráfico de escravos nas embarcações portuguesas seria considerado pirataria no mar. O tratado representou em Angola o início de uma era de mudança e de contato com o mundo exterior.

Assim, em inícios dos anos 1850 até meados de 1860, os interesses comerciais na África ocidental eram talvez ainda menores do que haviam sido duas décadas antes. À exceção do comércio, Portugal tinha relativamente poucos interesses em África, dado que a exportação de capital ou a emigração eram irrelevantes. Ao contribuírem para saldar os pagamentos ao exterior, as colônias facilitaram a governabilidade do país e o crescimento da economia,

constituindo, assim, uma forte motivação para o esforço de colonização. Dessa forma, trabalharemos neste artigo um pouco da relação entre Portugal e suas colônias na África na segunda metade do século XIX. Existem vários exemplos que podem ser dados para estudar este recorte, mas aqui faremos um apanhado do modelo imperial português que se ampliará no século XX.

A África aberta ao mundo.

Para explorar as riquezas africanas não foi tarefa fácil para Portugal. O governo (na época uma monarquia constitucional) passou a subsidiar, a partir de 1864, uma companhia de navegação inglesa que estabeleceu uma ligação marítima entre Lisboa e as colônias da África ocidental. A mais importante dessas companhias, a Companhia de Moçambique, foi criada em 1888 e era de capital predominantemente inglês e francês. A Companhia tinha autoridade administrativa e policial, podendo fazer cobrança de impostos e de direitos alfandegários, por deter o monopólio fiscal. As tentativas de exploração colonial em Angola se mostraram infrutíferas, neste período, principalmente porque o capital estrangeiro não pareceu muito interessado nessa colônia, mesmo quando lhe foram oferecidas concessões semelhantes às de Moçambique. Com a chegada de companhias estrangeiras, talvez tenha sido a contribuição mais significativa das colônias para a economia portuguesa, enquanto fonte de divisas estrangeiras, desde a independência do Brasil.

Dentro da historiografia portuguesa existe uma discussão acerca dos motivos que fizeram Portugal se voltar para a África após a perda do Brasil. há uma tese, defendida por Valentim Alexander, segundo a qual Portugal desenvolveu as colônias por razões não econômicas é também defendida pela, onde o colonialismo português do século XIX aparece como o prolongamento das descobertas e da expansão.[1] A outra tese sobre o caráter não econômico

[1] A “vocação colonial” de Portugal também se refletia na propensão especial dos portugueses em se misturar com as populações do Brasil, da Ásia e de África. Trata-se da base do discurso luso-tropicalista criado na década de 1940 na sociologia brasileira (Em especial, de Gilberto Freyre) e acarinhado na década de 1950 pelo regime salazarista.

da expansão do império português no século XIX entendia que as duas medidas que melhor configuram a política portuguesa em África (a abolição do tráfico de escravos em 1836 e abolição da escravatura em 1876) não resultaram de pressões de ordem econômica, mas sim da vontade do governo português em reproduzir medidas tomadas no estrangeiro e da pressão do governo inglês.

A ideia de que Portugal viveu uma crise “capitalista” no início da década de 1890, também é encontrado pelo historiador Clarence-Smith (1985). Ele conclui que foi a crise no desenvolvimento econômico que levou Portugal a entrar na partilha da África e não qualquer nostalgia de grandeza imperial. Desta forma, durante a década de 1930, as colônias foram importantes para a consolidação do regime salazarista não pela criação de um sistema inédito, mas sim por uma herança das décadas que antecederam o regime fascista. Todavia, para o mesmo autor, mais tarde, o governo português teria combatido os movimentos de libertação em África (1961-1975) mais para preservar o império do que para salvar a economia. Ou seja, os motivos do colonialismo português tardio incluem: a herança imperial; a necessidade de proteção de mercados coloniais; a resposta aos movimentos das outras potências coloniais europeias; o desenvolvimento da capacidade técnica para a colonização; as condições nos territórios africanos; finalmente, motivos políticos.

Os defensores do imperialismo visavam explorar economicamente o continente e adaptá-lo à nova divisão internacional do trabalho como região periférica e subordinada. A riqueza produzida com o atendimento da demanda de minerais, matérias-primas e gêneros tropicais da nova sociedade fabril, monopolista e urbanizada devia ser acumulada na metrópole para garantir lucro e custo de produção, além de reservas que possibilitassem a liberdade de ação e produção das potências imperialistas. Para isso, era necessário submeter territórios e populações, reorganizar a produção, o sistema de propriedade e obrigar a população ao trabalho orientado pelos novos objetivos e volumes de produtos. Esse imenso processo de expropriação da economia, do tempo, da cultura e das condições de vida originou rebeliões e resistências, principalmente nas sociedades sem organização estatal. Os movimentos de libertação que surgirão na segunda metade do século XX foram grande

expressão de insatisfação principalmente para a comunidade internacional, contudo no século XIX, de forma mais local, houveram insurgências contra o regime português.[2]

A partilha da África e o trabalho forçado

Sob a égide do Rei Leopoldo II da Bélgica, aconteceu em Bruxelas a Conferência Internacional de 1876, conhecida pelo nome de Conferência Geográfica, para a qual Portugal não foi convidado. Oito anos depois, Portugal foi convidado para a Conferência de Berlim (1884-1885) onde as nações imperialistas europeias decidiram sobre a repartição da África. Na conferência de Berlim, organizado pelo chanceler Otto Von Bismarck, Portugal apresentou um projeto de partilha (o famoso mapa cor-de-rosa) que tinha como principal intenção ligar as colônias portuguesas de Angola e Moçambique, o que facilitaria o comércio e o transporte de mercadorias, mas apesar de contar com o apoio de vários países, o projeto foi vetado pelos ingleses. Em desacordo com a tradição diplomática de aliança entre os dois países, a reação inglesa surpreendeu os portugueses. Diante da insistência portuguesa, o governo inglês fez um ultimato ameaçando ir à guerra se Portugal não abandonasse o projeto. A desistência de Portugal mostrava a fragilidade da antiga potência colonial e, ao mesmo tempo, a posição de força e liderança da Inglaterra na nova conjuntura política internacional na segunda metade do século XIX.

Dessa forma, pode-se dizer que o mundo liberal venceu o protecionismo (e também o corporativismo português). Após a conferência, os beneficiários trataram de impor sua dominação no interior e de remodelar geopolítica, social e economicamente o continente, transformado em objeto do imperialismo de novo tipo que surgia na Europa. Para isso, usavam os mesmos argumentos de

[2] O historiador José Bento Rosa da Silva escreveu em seu livro chamado "*insurgências em Angola*" onde estudou alguns casos de insurgência africana entre o final do século XIX e início do século XX. Em um desses casos, Bento estudou o da resistência na região Moçâmedes (Atual Namibe) à Vacinação obrigatória dos angolanos. Segundo o autor, a ideia de que os negros eram mais propensos a espalhar doenças argumento para justificar a vacinação dos nativos. Se traçarmos um paralelo, podemos dizer a insurgência angolana foi de combate ao Estado assim como foi a Revolta da Vacina no Brasil em 1904. Ver, SILVA, José Bento da. **Insurgências em Angola**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2012.

sua instalação no litoral no século XVI: fim da escravidão, civilização, cristianização e abertura do território para o comércio internacional. Iniciou-se a dependência econômica do continente às industriais das potências europeias.

Quando, finalmente, ficaram definidas as fronteiras coloniais e as pretensões de Portugal na África foram asseguradas internacionalmente, o governo de Lisboa ficou livre na sua política africana. Por motivos de força maior, Portugal rapidamente passou de uma fase liberal em relação aos nativos, ao comércio e à administração, para um novo "sistema colonial", que visava assegurar as receitas necessárias à administração dos territórios e, eventualmente, beneficiar a metrópole.

Todavia, na conferência de Bruxelas (1889-1890) o império português já havia sido questionado por outras nações sobre sua política colonial e "civilizatória", sendo acusado por vários relatórios internacionais de manter e até promover em seu território colonial práticas abusivas de trabalho forçado dos nativos em moldes escravocratas e reprimir a resistência dos nativos nas guerras colônias em níveis de violência não mais admitidos pela comunidade internacional que agora definia novas práticas colonizadoras para a África partilhada. As pressões internacionais resultaram também de comparar, desfavoravelmente, os "padrões" de civilização do império português com as normativas promovidas internacionalmente, desde as duas primeiras conferências. No fim, os objetivos, ao menos explícitos, das conferências eram o estabelecimento de regras para a liberdade comercial, igualdade de condições para os capitais concorrentes e uma atuação "humanitária" no continente.

Dado as regras, Portugal fez questão de desobedecê-las. Em verdade, todas as nações europeias também não seguiam suas regras fielmente, mas dentro do jogo de poder internacional, Portugal já estava fragilizado. Assim, a questão do trabalho forçado dos nativos assumiu a mais alta importância na configuração de uma nova economia política imperial, associada à turbulenta abolição do tráfico e aos esforços de criação de "Novos Brasis" na África. Caracterizada por uma retórica civilizacional fortemente "racionalizada", os projetos imperiais de Portugal no século XIX atribuíram à formação de um

“sistema” de trabalho nativo uma importância central entre o conjunto das suas aspirações. Segundo Marc Ferro:

> [...] a partir dos anos 1880, o trabalho forçado ocupa o lugar da escravidão: mesmo sendo livre por direito, os trabalhadores são requisitados a força em condição de rara brutalidade, para trabalhos não remunerados e frequentemente bastante penosos. O fenômeno é maciço e generalizado em todo o continente africano. [...] (FERRO, 2017, p. 97)

A regulação do trabalho nativo era fundamental para a nova economia moral imperial. Este era visto como o elemento primordial da “missão civilizadora” portuguesa. Entre o final do século XIX e o início do XX, novas identidades foram criadas. A lógica colonial não era mais a do comércio de escravos, nem deveria refletir as diferenças entre escravizados e homens livres. Tornava-se necessário construir a imagem de inferiorizados a partir de uma perspectiva racial, de modo que o mundo dos brancos representasse a “civilização” e o mundo dos negros a “selvageria”. Através de políticas administrativas e jurídicas, grupos distintos foram reduzidos a apenas um indivíduo: o “indígena”.

Diante do crescente interesse colonialista, a criação de regras jurídicas e políticas particularistas para um “outro” tornara-se fundamental, na tentativa de transformá-lo em uma simples força de trabalho. A utilização do trabalho forçado também constituiu a principal forma de penalização dos “indígenas”, prática bastante distinta das exigências impostas aos “não indígenas”. O código de Trabalho Indígena de 1878, criado por Portugal, disciplinou o recrutamento da força de trabalho e a sua utilização, através de um sistema que, baseado no combate à vagabundagem, recordava em muitos pontos a legislação brutal dos tempos da acumulação primitiva. Assim, como forma de manter aquilo que já existia, o colonizador português mudou as nomenclaturas, adequando ao momento, mas mantendo a estrutura e práticas nas possessões africanas.

Ainda que a penalidade não tenha sido a opção mais eficiente para esse problema, ela persistiu durante várias décadas do colonialismo português. O trabalho prisional foi o primeiro recurso utiliza do pelos colonizadores e depois,

em 1894, a prisão foi substituída pela condenação ao trabalho força do, enquanto, em 1903, o imposto a ser pago pelos "indígenas" passou a ser trocado por trabalho.

O discurso do trabalho tornara-se cada vez mais significativo para a realização das ações colonialistas, que vinculavam a identificação de um "outro" inferiorizado à ideia de ócio e vadiagem. Junto com as novas divisões do trabalho, Portugal fez uso da educação com a cristianização dos povos e o ensino da língua portuguesa, o principal meio para a "alfabetização" dos povos africanos. Isto remonta ao século XV quando se iniciou a expansão marítima na Europa em meio a falta de riquezas no Velho Mundo e com a chegada dos portugueses iniciou um processo de apropriação cultural ao ter que catequizar os nativos, o que isso significava ensinar o idioma para que houvesse uma comunicação entre colonizadores e colonizados.[3]

A negação da alteridade no imperialismo português e as campanhas militares.

Tzvetan Todorov, em seu livro *A Conquista da América*, traz uma discussão a respeito da chegada dos europeus a terras desconhecidas. O Autor coloca como ponto central da obra a alteridade, apresentada no subtítulo do livro como "A questão do outro". Assim, a discussão que o autor durante o texto é a de que a mentalidade europeia foi levada à América com a descoberta do novo continente e ao longo dos séculos, os seus costumes foram impostos pelos colonizadores como sendo "práticas de civilidade". Devido a isto, o olhar que Colombo passa a ter do outro, os indígenas, é na verdade o olhar que ele tem sobre si. O olhar de Colombo é o olhar que enxerga no outro os europeus, projetando nos nativos uma autoimagem. Não

[3] Sobre a expansão da igreja católica na America nos séculos do Antigo Regime, Ver: BOXER, Charles R.. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica:** 1440-1770. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ser como um espanhol cristão (no caso de Colombo) significaria ser um "bárbaro sem cultura".[4]

Guardado as devidas proporções e distâncias temporal e espacial, a chegada e a presença portuguesa na África também mantiveram muitos destes aspectos. Portugal precisava de um local para extrair riquezas que preservar o seu império ultramarino. E assim ele se voltou para a África. Na educação, as primeiras noções que chegaram da Europa foram as jesuíticas e posteriormente, no século XX, de um movimento social conhecido como "Doutrina Social Católica" que representariam assim a presença forte da igreja católica, pilar de sustentação do salazarismo, na civilização e conversão dos povos subsaarianos. Como nenhum modelo é replicável perfeitamente em nenhum outro local do mundo, um dos fatores que Colombo destacou foram as belezas naturais ao chegar no México. Na África portuguesa, pelo contrario, esses fatores nunca fizeram parte do discurso colonizador. Claro que as diferenças entre estes dois mundos deixariam isso claro mais cedo ou mais tarde, contudo o que Todorov nos traz é a percepção do europeu como propagador de costumes, que no entender deles deveriam ser universais.

Ainda utilizando o estudo feito por Todorov sobre a conquista da América podemos assimilar a percepção dada pelo europeu ao impor juízos de valor a conquista da América. A proposta de Todorov ao falar disso também se faz da assimilação existente neste período devido a troca cultural ocorrida entre os indígenas e os colonizadores. A relação do outro não existe unicamente da vontade de querer impor o seu como melhor, mas também das trocas que podem surgir dos dois lados (ou três) na relação cotidiana. O exemplo trazido pelo autor é a catequização como instrumento para controle indígena. Para que os europeus pudessem catequizar os indígenas era necessário se comunicar com eles e para comunicar era necessário aprender a língua deles. Ou seja, antes de ensina-los seria necessário ser ensinado. Desta forma, na necessidade do outro, a relação de troca cultural não apenas acontecia da injeção de costumes dos colonizadores e sim da relação proveniente da

[4] Todorov também estudou outros aspectos do contato do europeu com a "descoberta do outro". Ver TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: A questão do outro. 4º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

necessidade de comunicação. Logo colonizar, pelo estudo que ele fez, estaria mais na ordem dos europeus do que escravizar, pois escravizar seria reduzir a condição de objeto os autóctones. Colonizar seria assim otimizar os indivíduos a serviço do colonizador. Na África parte deste *script* permaneceu com o colonialismo português. Com uma retórica similar, Portugal tentou passar a noção de que colonizar representava educar, não escravizar e civilizar. O que mostra isso é o número significativo de angolanos que não conheciam o português no século XX e foram catequizados por clérigos enviados pelas missões católicas na busca de reforçar o discurso no seio dos próprios colonizados de que era importante a presença portuguesa em solo africano.

Outro instrumento encontrado por Portugal para colonizar foram as campanhas militares. Tal instrumento da colonização portuguesa na África e para compreensão o imperialismo do século XIX, Portugal iniciou uma prática de recrutamento compulsório militar. Os exércitos eram majoritariamente constituídos por africanos e os portugueses só intervinham diretamente em ocasiões mais complicadas. A intensidade das campanhas africanas aumentou significativamente ao longo do século XIX e estendeu-se até à Primeira Guerra Mundial.

Diante de um cenário de constante contestação pelas outras nações europeias, em Angola, as tentativas de exploração colonial começam por se mostrar infrutíferas, principalmente porque o capital estrangeiro não parecia muito interessado nessa colônia, mesmo quando lhe são oferecidas concessões semelhantes às de Moçambique. Neste caso, a situação só começará a mudar com a construção do Caminho-de-Ferro de Benguela, a qual só foi terminada depois da proclamação da República. Angola experimentou um breve período de crescimento exponencial na década de 1890, com as exportações de borracha e das novas culturas. O valor comercial do país aumentou perto de cem por centro entre meados do século XIX até o final do século, apesar da prosperidade não ter tido sustentação. Angola apenas poderia se desenvolver rapidamente com “muito capital, impostos moderados e taxas alfandegárias baixas”. E como essa ideologia não ecoou na colônia, a economia permaneceu estagnada e altamente dependente do capital

estrangeiro, dos subsídios de Portugal e das empresas monopolistas que eram chamadas para resolver problemas específicos.

Algumas considerações finais

As relações entre a Grã-Bretanha e Portugal em África não eram só de conflito. Com uma fraca capacidade de intervenção militar, o governo português precisava recorrer à diplomacia para manter e expandir o império africano. Para isso, a aliança com a Grã-Bretanha era importante, sobretudo quando e onde outros interesses coloniais estivessem em jogo. Entretanto, a Grã-Bretanha nem sempre estava interessada em ter controle administrativo direto e a administração portuguesa podia ser uma ajuda valiosa.

À medida que a crise econômica e financeira se agravou sob a Monarquia portuguesa, a classe média, conjuntamente com os camponeses e o operariado nascente, sofreu as suas consequências. Portanto, foi da união do descontentamento destas classes e de revoltas nas colônias africanas que nascera a I República. Isso é assunto para um outro texto.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Miguel; PINTO, Antônio Costa. As Dimensões Internacionais e o Fim do Império Colonial Português. In: **Portugal e o Fim do Colonialismo**. Lisboa: Edições 70, 2014.

FERRO, Marc. **A Colonização Explicada a Todos**. São Paulo: Editora UNEPS, 2017.

LAINS, Pedro. Causas do colonialismo português em África, 1822-1975. **Análise Social.** Lisboa. Vol. XXXIII, 1998.

PARADA, Maurício; MEIHY, Murilo Sebe Bom; MATTOS, Pablo de Oliveira de. **História da África Contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. PUC RIO: Pallas, 2013.

RATO, Maria Helena da Cunha. O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional. **Análise Social**. Lisboa. Vol. XIX, 1983. p.1121.

SILVA, Giselda B. A Educação Colonial do Império Português em África (1850-1950). **Cadernos do Tempo Presente.** Sergipe. Nº 21, 2015

SILVA, José Bento da. **Insurgências em Angola**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2012.

THOMAZ, Fernanda Nascimento. “Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique”. **Revistas Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol 25, nº 50, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: A questão do outro. 4º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevics. **História da África e dos Africanos.** 3º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **História de Angola.** 6º ed. Lisboa: Tinta de China, 2016.